
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET, em reunião realizada em 18.04.2017, cumprindo o que determina o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, examinou o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas destas demonstrações. Também analisou o Relatório expedido pela Auditoria Independente, Sacho – Auditores Independentes, de 16 de março de 2017, que apresentou Parecer com ressalvas referentes ao “montante de R\$ 158.871 mil, reconhecido nas rubricas de Contas a receber, entre Circulante e Não Circulante e o total de R\$ 32.662 mil, registrado na rubrica de Fornecedores, cujas posições do departamento financeiro divergem dos saltos contábeis”, diferenças estas que encontram-se em processo de conciliação. E ainda que “demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em atividade normal, que pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações em curso normal de atividades. As referidas demonstrações contábeis apresentam Patrimônio Líquido devedor no montante de R\$ 155.037 mil, sendo que a Companhia também possui deficiência de capital de giro, conforme se observa no Ativo e Passivo Circulantes, cujas obrigações excedem os direitos.”. Considerando os exames efetuados e as informações prestadas pela Administração, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as peças contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com exceção de eventuais efeitos relativos às ressalvas apontadas nos relatórios dos Auditores Independentes, e opina favoravelmente e recomenda aprovar, mantidas as ressalvas, as referidas demonstrações, estando em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração, publicadas e submetidas à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 18 de abril de 2017.

ROBERTO ANTONIO V. BELLOCCHI
Presidente

FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA

ADEMIR PEREIRA PINA

ANTONIO CARLOS MUNHOZ

SÍLVIA LETÍCIA SANTOS GOULART

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetem à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

As mencionadas demonstrações contábeis estão disponíveis no site da CET – www.cetsp.com.br - link “Informações Institucionais”.

A Administração

CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em R\$ Mil)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	21.857	13.305
Contas a Receber	5	4.872	30.417
Estoques	6	6.658	6.281
Adiantamentos		7.876	8.358
Impostos e Contribuições a Recuperar		28.401	28.892
Despesas do Exercício Seguinte e Outros Créditos		2.608	1.816
		<u>72.272</u>	<u>89.069</u>
 NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber	5.1	153.999	128.153
Riscos no Recebimento de Créditos	5.2	(127.287)	(127.287)
Depósito Judicial e Outros Créditos		7.052	4.375
		<u>33.764</u>	<u>5.241</u>
 Investimento		18	18
Imobilizado	7	22.432	23.493
Intangível	8	-	451
		<u>56.214</u>	<u>29.203</u>
 TOTAL DO ATIVO		<u>128.486</u>	<u>118.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em R\$ Mil)

PASSIVO	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		32.662	34.530
Salários a Pagar		3.959	4.036
Provisão Férias e Encargos	3.g	48.587	42.875
Encargos Sociais e FGTS a Recolher		15.774	14.847
Impostos e Contribuições a Recolher - Tributárias		13.861	10.923
Provisão para Imposto de Renda		1.368	230
Provisão para Contribuição Social		505	85
Adiantamento de Clientes		3.797	5.454
Processos Julgados		750	229
Receitas Antecipadas - CEF		257	3.082
Outras Contas a Pagar		5.206	4.660
		<u>126.726</u>	<u>120.951</u>
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	10	15.266	16.195
Provisão para Contingências	12	141.531	109.980
Receitas Antecipadas - CEF		-	257
		<u>156.797</u>	<u>126.432</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	9	105.715	105.715
Reserva de Capital		1.272	1.272
Prejuízos Acumulados		(262.024)	(236.098)
		<u>(155.037)</u>	<u>(129.111)</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>(155.037)</u>	<u>(129.111)</u>
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>128.486</u>	<u>118.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CET - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em R\$ Mil)**

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	811.295	746.144
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(667.665)	(608.616)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		143.630	137.528
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(173.667)	(169.531)
Pessoal e Encargos		(126.032)	(114.655)
Honorários da Administração		(1.184)	(1.172)
Gerais e Administrativas		(65.822)	(62.516)
Outras Receitas Operacionais		19.371	8.812
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(30.037)	(32.003)
Despesas Financeiras		(1.840)	(2.789)
Receitas Financeiras		7.824	4.480
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(24.053)	(30.312)
IMPOSTO DE RENDA		(1.368)	(230)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(505)	(85)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(25.926)	(30.627)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ MIL		(0,0002)	(0,0003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em R\$ Mil)

	Reservas de Capital			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Subtotal	Adiantamento para Aumento de Capital	Total
	Capital Integralizado	Incentivos Fiscais	Doações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	104.276	40	1.232	(192.229)	(86.681)	1.439	(85.242)
Integralização do Adiantamento de Capital	1.439				1.439	(1.439)	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(30.627)	(30.627)	-	(30.627)
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	(13.242)	(13.242)	-	(13.242)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	105.715	40	1.232	(236.098)	(129.111)	0	(129.111)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(25.926)	(25.926)	-	(25.926)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	105.715	40	1.232	(262.024)	(155.037)	0	(155.037)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CET - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

Método Indireto
(Em R\$ Mil)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do Exercício		(25.926)	(30.627)
Ajustes			
Depreciação/Amortização		3.776	3.787
Baixa do Ativo Imobilizado		2.358	3
Ajuste de Impairment		433	-
Ajuste Exercícios Anteriores		-	(13.242)
Redução (Aumento) no Ativo:			
Contas a Receber		(301)	26.632
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos		-	4.266
Estoques		(378)	(41)
Impostos, Contribuições e Outros Créditos		(2.497)	9.718
Aumento (Redução) no Passivo:			
Provisões Férias e Salários a Pagar		5.634	229
Encargos Sociais e FGTS a Recolher		927	3.822
Impostos, Contribuições e Outros Créditos		4.496	(975)
Fornecedores/Contas a Pagar		26.012	10.563
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento		(929)	(778)
Obrigações Tributárias - Parcelamento		-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.605	13.357
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento em Ativo Imobilizado		(5.053)	(819)
Investimento em Ativo Intangível		-	(266)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(5.053)	(1.085)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de Capital		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		-	-
Diminuição/Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		8.552	12.272
Caixa e Equivalente de Caixa no início do Período		13.305	1.033
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período		21.857	13.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015
(Demonstra a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição na sociedade)

Em R\$ Mil

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
1 - RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	918.178	835.648
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo das mercadorias e serviços vendidos	176.678	164.981
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	61.158	60.380
	<u>237.836</u>	<u>225.361</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	680.342	610.287
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	6.133	3.790
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	674.209	606.497
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.824	4.480
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	682.033	610.977
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	682.033	610.977
Pessoal e encargos		
Administradores	1.452	1.426
Operacionais	346.657	314.133
Estagiários	4.063	3.742
Autônomos	45	9
Cooperação Técnica	473	224
FGTS e Benefícios	173.147	150.419
	<u>525.837</u>	<u>469.953</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Governo Federal	173.393	161.745
Governo Municipal	3.879	4.061
Taxas e Contribuições	104	129
	<u>177.376</u>	<u>165.935</u>
Financiadores		
Juros	1.713	2.510
Aluguéis	3.033	3.206
	<u>4.746</u>	<u>5.716</u>
Acionistas		
Prejuízo Retido	(25.926)	(30.627)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C.N.P.J. 47.902.648/0001-17

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(EM R\$ MIL)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, empresa de economia mista da Prefeitura do Município de São Paulo, constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1.976, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por objetivo a prestação de serviços e execução de obras relacionadas com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Cidade de São Paulo, através do controle e avaliação de desempenho da malha viária, elaboração de estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização semafórica e viária, desenvolvimento de sistemas especiais, treinamento e educação de trânsito e transporte e exploração de estacionamento rotativo, denominado Zona Azul, em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 03 de março de 2017. As demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição e/ou de reposição, os quais são inferiores ao valor de mercado.

b. Depósitos Judiciais

Registrados pelo valor dos depósitos, atualizados pela TR – Taxa Referencial, até a data do balanço.

c. Investimentos

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Companhia constituiu no exercício de 2003, Provisões para Perdas em Investimentos incentivados no montante de R\$ 16 mil.

d. Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

e. Intangível

Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear.

f. Fornecedores

Estão demonstrados pelos compromissos assumidos, acrescidos dos reajustes contratuais incidentes até a data da entrega dos bens e/ou materiais ou da efetiva prestação de serviços.

g. Provisão para Férias e Encargos

Constituída pelos períodos vencidos e proporcionais, acrescidos dos encargos sociais aplicáveis, até a data do balanço.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>48.587</u>	<u>42.875</u>

h. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira, está demonstrada a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas e outras receitas operacionais), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros e outros, incluindo a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras). A segunda parte da DVA

apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

i. Instrumentos Financeiros Derivativos

A empresa não opera com tais operações e não possuía, em 31 de dezembro de 2016, instrumentos financeiros derivativos.

j. Apuração de Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. As principais receitas da Companhia são oriundas da prestação de serviços firmado com a Secretaria Municipal dos Transportes; eventos nas vias públicas e operação de Zona Azul do município.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, que podem ser utilizados a qualquer momento e com riscos insignificantes de alteração de valor.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Bancos Conta Movimento	388	214
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	21.469	13.091
Total	21.857	13.305

A seguir apresentamos a movimentação da conta de Títulos Vinculados no Mercado Aberto.

Fundo de Investimento	Saldo 31/12/2015	Aplicação	Resgate	Rendimentos	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2016
Banco do Brasil	470	3.677	(4.005)	25	(4)	(7)	156
Caixa Econ. Federal	681	188.710	(181.954)	391	(26)	(263)	7.538
Itaú	11.940	461.671	(460.336)	1.220	(145)	(576)	13.774
TOTAL	13.091	654.058	(646.295)	1.636	(175)	(846)	21.469

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação da CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Exploração de Estacionamento Rotativo - Zona Azul	41	1.387
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	4.501	28.513
Outras	330	517
	<u>4.872</u>	<u>30.417</u>

5.1 CONTAS A RECEBER DE LONGO PRAZO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a Receber	127.109	20
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	26.890	
Depósito Judicial e Outros	7.052	4.444
Riscos no Recebimento de Créditos	(127.287)	-
	<u>33.764</u>	<u>4.464</u>

Os Créditos correspondentes a serviços essenciais e imprescindíveis de engenharia de tráfego e educação de trânsito, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT, do período de 2005 a 2012, 2014 e 2015, sem contrato e/ou sem empenho foram transferidos para o Ativo Não Circulante, da mesma forma os eventos que estão sendo discutidos judicialmente.

No exercício de 2016, impetramos ações judiciais de cobrança junto aos devedores inscritos na rubrica contábil de “Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo”. Em observância ao disposto no CPC nº 25, e com base na posição do nosso Departamento Jurídico que considera o êxito de recebimento como possível, esses valores não foram objeto de constituição de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.

Os serviços prestados à SMT, foram reconhecidos pelo Departamento de Operação do Sistema Viário DSV daquela Secretaria nos Processos Administrativos, a saber:

PROCESSO ADMINISTRATIVO				
GESTÃO DE TRÂNSITO		EXERCÍCIO	2016	2015
2007-0.240.231-8		2007	4.833	4.833
2008-0.225.788-3		2008	12.007	12.007
2009-0-330.310-4		2009	633	633
2009-0.330.336-8		2009	1.311	1.311
2010-0.064.309-0		2010	11.917	11.917
2012-0.021.586-5		2011	31.363	31.363
2013-0.105.398-4		2012	1.468	1.468
2014-0.304.565-4		2014	37.511	37.511
2016-0.009.362-7		2015	2.127	2.127
			103.170	103.170
PROCESSO ADMINISTRATIVO				
DETECÇÃO DE VELOCIDADE		EXERCÍCIO	2016	2015
2005-0.213.600-2		2005	283	283

5.2 Riscos no Recebimento de Créditos

Foram constituídas nos exercícios de 1998, 1999, 2000 a 2012, 2014 e 2015 Provisões no montante de R\$106.398 mil, para receita de serviços essenciais e imprescindíveis de gestão do trânsito da Cidade de São Paulo, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os quais não estavam suportados por empenhos, em função da insuficiência de recursos orçamentários, demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	103.170	103.170
Detecção de Velocidade / Guinchamento Veículos	331	331
Decreto nº 45.720 de 18.02.05 portarias SF nºs. 31,32/2005	2.897	2.897
Eventos Estratégicos para Cidade de São Paulo - PMSP	6.275	6.275
Goodmix Com. e Repres. Prods. Aliment. Serviços Ltda	14.048	14.048
Sublocação no prédio Barão de Itapetininga por SMT	566	566
	<u>127.287</u>	<u>127.287</u>

6. ESTOQUES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Material de Sinalização Viária	4.482	4.341
Peças e Acessórios para Veículos	794	947
Combustíveis	-	-
Talões de Zona Azul	2	6
Suprimentos	1.380	987
	<u>6.658</u>	<u>6.281</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxas Depreciação	2016			2015.
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aparelhos e Instr. Técnicos	10%	2.503	(194)	2.309	629
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	4%	5.590	(4.667)	923	1.087
Computadores, Micros e Perif.	20%	10.074	(8.416)	1.658	1.180
Imóveis	8%	16.608	(2.768)	13.840	15.573
Instalações	10%	201	(181)	20	1.364
Máquinas e Equipamentos	10%	3.602	(1.969)	1.633	205
Móveis e Utensílios	10%	5.140	(3.150)	1.990	1.214
Veículos	20%	49.506	(49.068)	438	2.226
Ajuste ao valor Recuperável		(433)	-	(433)	
Outros Bens	10%	150	(96)	54	16
		<u>92.941</u>	<u>(70.509)</u>	<u>22.432</u>	<u>23.493</u>

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Conta	Saldo Líquido 31.12.2015	Adições	Baixas/Transf.	Saldo Líquido 31.12.2016
Aparelhos e Instrumentos Técnicos	1.883	2.287	(1.667)	2.503
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	5.792	-	(202)	5.590
Computadores e Periféricos	13.747	875	(4.548)	10.074
Ferramentas em Geral	118	32	-	150
Instalações	3.600	256	(3.655)	201
Imóveis/Prédios	16.608	-	-	16.608
Máquinas e Equipamentos	3.557	45	-	3.602
Móveis e Utensílios	4.546	937	(343)	5.140
Veículos	51.835	621	(2.950)	49.506
Vídeos Educacionais e Jornalísticos	93	-	(93)	-
Imobilizado Complementar - IPC 90	1.901	-	(1.901)	-
Ajuste ao Valor Recuperável	-	-	(433)	(433)
Total Imobilizado Técnico	103.680	5.053	(15.792)	92.941
Total Depreciação Acumulada	(80.187)	(3.723)	13.401	(70.509)
Total Imobilizações Técnicas	23.493	1.330	(2.391)	22.432

7a – Redução ao valor recuperável

Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração efetuou testes preliminares visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado, a qual identificou itens considerados “unidades geradoras de caixa”, com valores contábeis superiores aos seus valores de uso e/ou eventual venda líquida, sendo assim efetuou o ajuste em contrapartida ao resultado, no montante de R\$ 433 mil, conforme demonstrado no quadro anterior.

8. INTANGÍVEL

Software e Outros	Taxas Amortização	2016		2015
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido
	20%	5.993	5.993	0
				452

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Imobilizações Intangíveis	Saldo 31.12.2015	Adições	Saldo 31.12.2016
Direito de Uso Linhas Telefônicas	7	(7)	(0)
Software	8.913	(2.920)	5.993
IPC/90 - Direito de Uso Linhas Telefônicas	6	(6)	(0)
(-) Amortização Intangível	(8.474)	2.481	(5.993)
Total	452	(452)	(0)

9. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado é representado em 2016 por 105.715.959 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo a participação acionária da Prefeitura do Município de São Paulo de 99,99999%.

10. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, instituída pela Lei nº 11.941/09, para o pagamento do saldo remanescente do Termo de Amortização de Dívida Fiscal – TADF nº 60.178.723-4 relativas às contribuições do período de novembro, dezembro e 13º salário do exercício de 2000.

Foram também objeto deste programa de parcelamento as Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos – NFLD,s, emitidas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS nos exercícios de 1981, 1995 e 2000.

Os débitos serão pagos em 161 parcelas, sendo que em 31/12/16, restavam 94 parcelas a serem liquidadas.

Nos termos dos prazos estabelecidos no programa de parcelamento, os débitos foram segregados no Passivo em curto e longo prazo.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados.

	2016	2015
Prejuízo contábil do exercício	(25.926)	(30.627)
Adições	59.997	63.954
Exclusões	26.057	31.978
CSLL a pagar	505	85
IRPJ a pagar	1.368	230

11a – Imposto de Renda – Prejuízos Fiscais

O valor dos prejuízos fiscais acumulados a compensar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 17.518 mil (R\$ 20.209 mil em 2015).

11b – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A base negativa a compensar da Contribuição Social sobre o Prejuízo Líquido em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 25.944 mil (R\$ 28.593 mil em 2015).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Movimentação	Saldo 2015	Provisão no Exercício	Atualização	Reversão de Provisões/ Pagamentos	Saldo 2016
Contingências Trabalhistas	33.157	23.531	4.246	(7.304)	53.629
Contingências Cíveis	76.823	5.557	6.629	(1.107)	87.902
Total	109.980	29.088	10.875	(8.411)	141.531

Estão registrados nestas rubricas, no Passivo Não Circulante, o montante de R\$141.531 – 109.980 em 2015 mil, referentes a:

- Os processos trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia amparado no parecer de sua Assessoria Jurídica. Para os casos em que há expectativas prováveis de perdas e desembolso financeiro futuro, constituiu-se provisão no montante de R\$

53.629 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 33.157 mil em 2015). Ainda, segundo avaliação da administração da Companhia existem processos trabalhistas não provisionados e classificados da seguinte forma:

Classificação	<u>2016</u> (R\$ mil)	<u>2015</u> (R\$ mil)
Possível	431	520
Remota	1.162	714

- b. Ações de cobrança: a Companhia contesta na justiça ações de cobrança movidas por ex-fornecedores a título de atualização de débitos pagos em atraso e outras ações cíveis. Foi provisionado o montante de R\$ 87.902 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 76.823 mil em 2015), considerando-se o risco, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser condenada provavelmente nos referidos processos, e tendo de arcar com desembolsos financeiros. Dentre as respectivas ações, destaca-se a movida pela SABESP, em que o STF – Supremo Tribunal Federal emitiu sentença desfavorável a CET.

O montante original desta ação, em abril de 2014 era de R\$ 38.478 mil, que atualizados somam R\$ 47.279 mil, em 31 de dezembro de 2016. Da mesma forma e segundo avaliação da companhia há processos cíveis não provisionados classificados da seguinte forma:

Classificação	<u>2016</u> (R\$ mil)	<u>2015</u> (R\$ mil)
Possível	5.480	18.838
Remota	2.205	2.653

A Companhia também declara que não possui ativos contingentes reconhecidos na data do balanço, tratados no CPC – Pronunciamento Técnico Contábil nº 25.

13 – RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

13.1 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA EM 31 DEZEMBRO

Em cumprimento ao disposto no CPC 30 (R1) - Receita, segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Operacional		
Serviços de Engenharia de Tráfego	823.089	746.388
Exploração de Estacionamento Zona Azul	54.637	63.975
Eventos Diversos	19.410	14.860
Estacionamentos	<u>1.671</u>	<u>1.613</u>
	<u>898.807</u>	<u>826.836</u>
Deduções à Receita Operacional (-)		
Impostos e Contribuições	<u>(87.512)</u>	<u>(80.692)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>811.295</u>	<u>746.144</u>

14 – CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal, Encargos	484.874	437.381
Honorários da Administração	268	254
Serviços de Terceiros – Sinal. Viária	70.164	81.213
Material de Sinalização Viária	2.840	1.985
Remoção de Veículos	26.474	19.836
Outros Custos	<u>83.044</u>	<u>67.947</u>
	<u>667.664</u>	<u>608.616</u>

15 – REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

	2016	2015
Diretoria	804	784
Conselho de Administração	648	642
Conselho Fiscal	180	177
Total	1.632	1.603

16 – PARTES RELACIONADAS

Em observância ao Pronunciamento Técnico Contábil CPC-05, a Companhia informa que em 31/12/16 não mantinha operações caracterizadas como partes relacionadas junto aos adquirentes de seus produtos e serviços, como também não possuía

transações com empresas coligadas e/ou controladas em conjunto com terceiros (denominado joint venture).

17 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

18 – EVENTOS SUBSEQUENTES À EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A CET analisou os eventos subsequentes até o dia 10 de Março de 2017 que é a data de entrega da carta da sua administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CRISTIANE TAKEDA GUERRA
Presidenta

ANDRE DOS SANTOS PAULA
Conselheiro

EDISON RODRIGUES FERREIRA
Conselheiro

FLAVIUS AUGUSTO OLIVETTI O. ALBIERI
Conselheiro

FRANCISCO ERNANE R. GOMES
Conselheiro

ROGÉRIO SEIJI GUIBU
Conselheiro

JOEL ANGRISANI JR.
Conselheiro

MONICA PILZ BORBA
Conselheira

JETER LUIZ GOMES
Conselheiro

JILMAR AUGUSTINHO TATTO
Conselheiro

DIRETORIA

JILMAR AUGUSTINHO TATTO
Diretor Presidente

VALTAIR FERREIRA VALADÃO
Diretor de Operações

MARIA LUCIA BEGALLI
Diretora Administrativa e Financeira

LEANDRO LEME CAMARGO
Diretor de Representação

GERÊNCIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

FLÁVIO DAMMOUS
Gerente de Orçamento, Custos e Contabilidade

FRANCISCO TADEU GONÇALVES
Contador - CRC nº 1SP106068/O-0

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE
TRÁFEGO - CET

RELATÓRIOS DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
NOTAS EXPLICATIVAS

Nº 052/2017

AB: 31/12/2016

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs. Administradores e Diretores da
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis o montante de R\$ 158.871 mil, reconhecido nas rubricas de Contas a receber, entre Circulante e Não Circulante e o total de R\$ 32.662 mil, registrado na rubrica de Fornecedores, cujas posições do departamento financeiro divergem dos saldos contábeis, sendo que na data da emissão desse relatório, estas diferenças encontravam-se em processo de conciliação. Além de que não obtivemos confirmações de saldos, consideradas suficientes para validação dos referidos saldos.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em atividade normal, que pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações em curso normal das atividades. As referidas demonstrações contábeis apresentam Patrimônio Líquido devedor no montante de R\$ 155.037 mil, sendo que a Companhia também possui deficiência de capital de giro, conforme se observa no Ativo e Passivo Circulantes, cujas obrigações excedem os direitos. A Companhia tem auferido prejuízos operacionais nos últimos exercícios, caracterizado pela necessidade de incremento da receita e redução de seus custos e despesas operacionais, ou ainda, a possibilidade de aporte emergencial de recursos financeiros por parte de seu controlador.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

Rua Redenção, 66 – Cep 03060-010 – Tels.: (011) 2796-2977 – 2796-2978 – Tel/Fax: (011) 2796-2979
sacho@sachoaudidores.com.br

São Paulo - SP

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.1, no exercício de 2016 a Companhia impetrou ação judicial contra liminares de devedores, cujos saldos estão apresentados na rubrica "Eventos em vias e Logradouros da cidade de São Paulo, e obteve posição de sua Assessoria Jurídica, de probabilidade possível de êxito no recebimento desses créditos, razão pela qual não constituiu provisão de perdas. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros Assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria, datado de 04 de março de 2016, com opinião modificada, relativa à ausência da aplicabilidade do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, cuja prática contábil foi aplicada no exercício de 2016, incerteza no reconhecimento contábil dos saldos de Contas a Receber e Fornecedores quanto a situação patrimonial da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando os assuntos quando aplicável, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

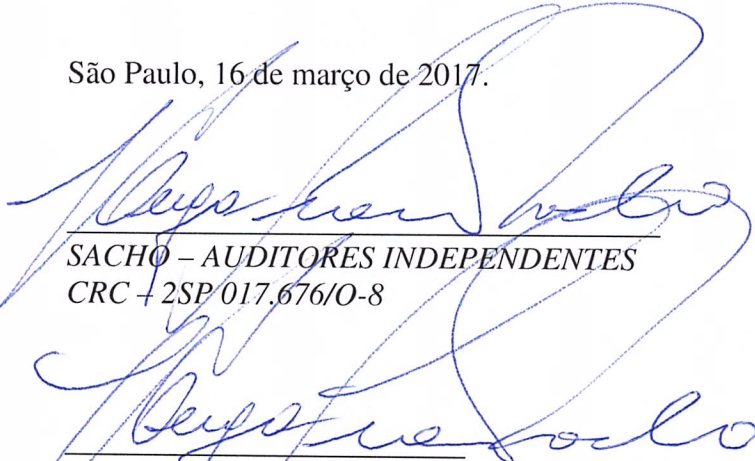
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Exceto quanto aos assuntos tratados nos parágrafos de base para opinião com ressalvas, avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

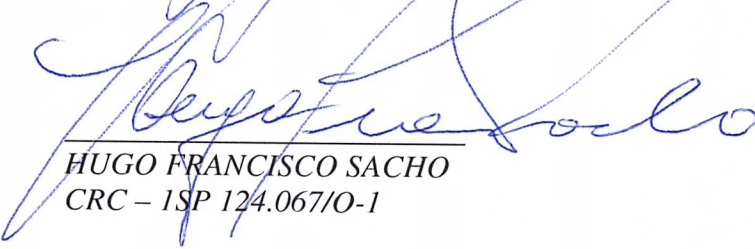
S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2017.



SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC + 2SP/017.676/O-8



HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1